

Uma cartografia do Brasil no longo século XIX

DOI: 10.54446/bcg.v15i1.3954

Gustavo Teramatsu¹

Resenha da obra



SARAIVA, Luiz Fernando; NABARRO, Wagner; GOLDFEDER, Pérola (orgs.) *Atlas histórico-econômico do Brasil no século XIX*. Brasília: Senado Federal; Niterói: Eduff, 2024. 156p.

★ ★ ★

Se, segundo Milton Santos (1996 [1978], p. 105), “durante muito tempo se considerou a história e a geografia como uma espécie de irmãs siamesas” — a primeira com sua mirada virada para o tempo e a segunda com o olhar voltado para o espaço, conforme já postulava Kant em seu curso de Geografia Física² —, isso se deve à intrínseca relação entre tempo e espaço, objeto das duas disciplinas e, ao mesmo tempo, preocupação de uma interdisciplinaridade que busca superar o dualismo entre uma e outra.

Esta discussão abre o *Atlas Histórico-Econômico do Brasil no Século XIX*, recentemente indicado ao Prêmio Jabuti Acadêmico em 2025. Os organizadores propõem logo de início um complemento para a máxima de Marc Bloch em *Apologia da História*: “a História é a ciência dos homens, no tempo... e no espaço”. E o que seria, então, a Geografia? Elisée Reclus responderia esta questão com outra máxima: *nada mais do que História no espaço, assim como a História é Geografia no tempo*³.

A epistemologia geográfica avançou na compreensão da unidade entre tempo e espaço. O próprio Milton Santos, para quem a mera reafirmação das relações entre geografia e história seria “o mais *naïf* dos enfoques” (Santos, 2009 [1996], p. 50), propôs uma abordagem das técnicas como maneira de empiricizar o tempo como um esteio de sua teoria sobre o espaço. Seria papel da geografia “pesquisar como o tempo se torna espaço e de como o tempo passado e o tempo presente têm, cada qual, um papel específico no funcionamento do espaço atual” (Santos, 1996 [1978],

1 Geógrafo pela Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) e profissional de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão na mesma instituição. E-mail: teramatsu@unicamp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7716-0243>.

2 Uma tradução ao português feita por Leonardo Arantes Ventura da Silva foi publicada na revista *GEOgraphia*, v. 9, n. 17 (2007).

3 “*Vue de haut, dans ses rapports avec l'Homme, la Géographie n'est autre chose que l'Histoire dans l'espace, de même que l'Histoire est la Géographie dans le temps*”, conforme célebre passagem de “L'homme et la terre”.

idem). Essa noção de que o espaço é uma *acumulação desigual de tempos*, combinação de variáveis de tempos diversos, e de que há um *tempo espacial* próprio de cada lugar, e o papel de *inércia dinâmica* das *rugosidades*, instigam a reflexão, na Geografia, sobre o tempo passado para a compreensão do presente.

A metáfora das gêmeas siamesas, portanto, evidencia que a interface entre a Geografia e a História é ampla, de tal modo que seria difícil delimitar com alguma precisão cirúrgica os limites de uma e de outra, e eventualmente impossível separá-las. Igualmente extensas são, no campo da geohistória ou da geografia histórica (tributária de Marc Bloch), as possibilidades de colaborações entre os estudiosos de ambas as disciplinas — saberes “visceralmente xifópagos” — quando se propõem a compreender o “presente de então” — expressões do geógrafo Mauricio de Almeida Abreu (2000).

O *Atlas*, organizado pelo geógrafo Wagner Wendt Nabarro e pelos historiadores Luiz Fernando Saraiva e Pérola Goldfeder⁴, foi um dos livros finalistas na categoria Divulgação Científica⁵, uma das *premiações especiais* desta derivação acadêmica da maior láurea literária do Brasil que chegou à segunda edição. Figurar nesta seleta lista expressa o reconhecimento da importância deste esforço coletivo que teve, mais diretamente, a participação de vinte pesquisadores — a maioria dos quais historiadores e historiadoras, mas também os geógrafos Daniel Huertas, Denis Castilho e Pedro José de Oliveira Machado — para a sistematização de um grande volume de dados compilados de diversas fontes, como recenseamentos e relatórios de governo, para que pudessem ser tratados cartograficamente. Para esta tarefa, Nabarro utilizou o *software* livre QGIS, georreferenciando os dados sobre os *shapefiles* da *Evolução da Divisão Territorial do Brasil 1872-2010*⁶ publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e essenciais para qualquer trabalho geográfico retrospectivo em escala nacional.

Deste empenho interdisciplinar resultam 156 páginas com um conjunto de 53 mapas acompanhados por gráficos, tabelas, ilustrações e textos explicativos e organizados em três eixos principais — *População, Produção e Comunicação e Transportes*. Neste sentido, o *Atlas* aguça a “erudição espacial” dos leitores — expressão emprestada do prefaciador Angelo Alves Carrara — uma vez que os mapas participam da construção (e, por certo, também da desconstrução) de imaginários geográficos.

A publicação se envereda pelas transformações do “longo século XIX” (periodização “hobsbawmniana”), o que significa a adoção de um recorte temporal

4 Outra colaboração entre dois dos autores — Goldfeder e Nabarro — está no livro *Em torno do trono: a economia política das comunicações postais no Brasil do século XIX* (Arquivo Nacional, 2022), vencedor do Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa, decorrente da tese da historiadora. Ambos foram contemporâneos na pós-graduação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

5 No Prêmio Jabuti Acadêmico, “Geografia e Geociências” e “História e Arqueologia” compõem categorias próprias.

6 Disponível para download no endereço www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15771-evolucao-da-divisao-territorial-do-brasil.html

que principia ainda durante o período colonial, em fins dos Setecentos, perpassa todo o Império e penetra cronologicamente a República até as primeiras duas décadas do século XX, com o consequente desafio de cartografar um meio geográfico pretérito, percorrendo múltiplos *embasamentos territoriais*, conforme a leitura do geógrafo Claude Raffestin (1993), que nos lembra que a passagem de uma estrutura de poder para outra pressupõe a substituição de um embasamento territorial por outro.

Estão mapeados os primeiros sistemas de engenharia no território brasileiro — os portos e suas rendas alfandegárias (mapa 18), as estradas de ferro (mapa 28) e as estradas de rodagem (mapa 27), as usinas de eletricidade (mapa 25) e os telégrafos (mapa 31) — e também uma rede de correios já fortemente interiorizada em 1860 (mapa 29), além de inovações como a telegrafia sem fio na Amazônia⁷ (mapa 32) e o surgimento da telefonia no país (mapa 33). De igual modo, foi representada a situação econômica do Brasil no início do século XX (por meio das atividades agrícolas, pecuárias e mineradoras e do extrativismo vegetal e animal, nos mapas 13 a 17) a partir da decupagem do “mapa econômico”⁸ encomendado pelo ministro Pedro de Toledo e executado pelo engenheiro Alvaro José Rodrigues, da Escola Nacional de Belas Artes, e do inventário da indústria nacional realizado em 1920 (mapas 23 e 24).

Foi apenas a partir da virada dos séculos XIX e XX que a cidade de São Paulo, em um período de concentração de capitais associada à economia do café, passou a ocupar uma posição de destaque no cenário nacional, e também se conformou uma densa rede urbana no centro-sul do Brasil que daria origem à Região Concentrada (Santos e Silveira, 2001). Por outro lado, não é possível deixar de pensar em antigas áreas produtivas pujantes que vieram a fenecer, lembrando que “o progresso entre nós é nômade e sujeito a paralisias súbitas”, como escreveu Monteiro Lobato (1919) para as designar as “cidades mortas” do Vale do Paraíba onde “tudo foi, nada é”.

Assim, o reconhecimento dos elementos da formação socioespacial ao longo do século XIX e do início do século XX se torna um ponto de partida para a compreensão das dinâmicas territoriais atuais (e a certeza de que o tempo as transformará no futuro — esta é a lição que a História nos traz). É como acertadamente explica na Apresentação do livro o senador-historiador Randolfe Rodrigues — presidente do Conselho da Editora do Senado, que coeditou o *Atlas* com a Editora da Universidade Federal Fluminense (Eduff): “o espaço enquanto entre o passado e o presente da nossa formação social e do nosso território é essencial para revelar (...) como as regiões Sudeste e Sul adquiriram centralidade no

7 O *Atlas* menciona que Joaquim Gonçalves Lalor, que obteve concessões para exploração do telégrafo sem fio no Amazonas e no Pará, “seria representante legal do empresário norte-americano Rupert Murdoch no Brasil” (!). Não se trata, porém, do magnata midiático — Lalor era procurador de um certo cidadão norte-americano chamado Richard Mardock que vivia em Manaus.

8 As informações deste mapa, produzido pela Seção Cartográfica da Companhia Litográfica Hartmann-Reichenbach, não se diferem daquelas publicadas em um mapa atribuído à Mission Brésilienne d'Expansion Économique possivelmente em 1908.

desenvolvimento brasileiro e, ainda, com as relações assimétricas com o Norte o Nordeste foram construídas ao longo dos séculos”.

Entre as diversas inquietações que o *Atlas* suscita, chama a atenção, já nos primeiros mapas da coleção, elaborados com base na *géohistoire* brasileira de Martine Droulers (2001), a “indecisão das fronteiras” (De Biaggi e Droulers, 2000) e do traçado interno do Brasil — alguns dos quais ainda não resolvidos, como o litígio entre Ceará e Piauí envolvendo a região da Serra da Ibiapaba.

No mapa de população elaborado a partir dos dados do recenseamento de 1872 (mapa 3), conforme observou Tarcísio Botelho (2025), que também resenhou o livro, salta aos olhos a existência de um eixo demográfico de relevância relativa ao longo das *Minas Geraes*, cujo centro era Ouro Preto, antiga Vila Rica, acompanhando a Serra do Espinhaço, até a Bahia, como se unisse pelo interior o Recôncavo Baiano e a ex-capital São Salvador ao Rio de Janeiro, centro do poder imperial. Decorrente dos caminhos abertos no século anterior (Straforini, 2007) e dos fluxos migratórios atraídos pelas atividades de mineração, esse foco mais populoso em relação aos demais núcleos povoados do território — o contraste em relação à rarefação populacional ao longo do litoral Sul da Bahia e do Norte do Espírito Santo é notável —, do qual quinze dos vinte municípios brasileiros mais populosos de então faziam parte, foi perdendo importância relativa com o avanço do tempo e por isso não participou preferencialmente das modernizações que se sucederam.

O simples cotejo deste mapa com o mapa subsequente (mapa 4), relativo ao percentual de população escravizada por município, permite concluir que a escravidão estava entranhada em todos os setores habitados do território brasileiro cerca de dezesseis anos antes de sua abolição oficial. A população escravizada correspondia então a cerca de 15% da população total, em frações variáveis que chegavam a quase 60%, em certos lugares. Este quadro é complementado pelo registro cartográfico do tráfico transatlântico de escravos (mapa 12), em suas dinâmicas legais e ilegais, com dados do banco de dados do portal *slavevoyages.org*, e, por outro lado, pelos indícios de uma acumulação capitalista associada ao trabalho escravista.

O *Atlas* também contribui para o conhecimento sobre os povos originários. Apresentada no Censo de 1872 sob a denominação homogeneizante de “caboclos”, a população indígena foi cartografada em seus principais grupos étnicos (mapa 5D).

Apesar da sua inegável importância, a obra reconhece suas próprias limitações, o que demonstra o rigor e a honestidade de seus organizadores, que lamentam a impossibilidade de mapear aspectos sociais, políticos e culturais cruciais, como a existência de quilombos, as revoltas populares e a distribuição de escolas (cabe dizer que no último quartil do século XIX mais de 80% da população brasileira não era alfabetizada) e de outras instituições culturais, o que não deixa de ser um convite para a elaboração de futuras iniciativas semelhantes.

A edição impressa do *Atlas*, totalmente colorida e em ótima qualidade de impressão em papel couché fosco, está sendo vendida por um preço bastante

acessível na Livraria do Senado e na loja virtual da Eduff, onde também é possível fazer o *download* gratuito do *e-book*. Essas características certamente permitirão a difusão desta obra cuja leitura, desde já, é imprescindível para estudantes dos cursos superiores de Geografia e História e constitui também uma importante fonte de consulta para professores da educação básica de ambas as disciplinas.

Bibliografia

- ABREU, Mauricio de Almeida. Construindo uma geografia do passado: Rio de Janeiro, cidade portuária, século XVII. *Geosp*, n. 7, 2000.
- BOTELHO, Tarcisio Rodrigues. Retratos de uma nação. *Almanak*, Guarulhos, er00524, 2025. doi.org/10.1590/2236-4633er00524
- DE BIAGGI, Enali Maria; DROULERS, Martine. Cartographie et formation territoriale. *Cahiers des Amériques Latines*, 34, 2000. doi.org/10.4000/cal.6487
- DROULERS, Martine. *Brésil, une géohistoire*. Paris: PUF, 2001.
- LOBATO, Monteiro. *Cidades mortas (contos e impressões)*. São Paulo: Revista do Brasil, 1919.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova*. Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. São Paulo: Hucitec, 1996, 4ª ed. (1ª ed.: 1978).
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2009. 4ª ed. (1ª ed.: Hucitec, 1996).
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- STRAFORINI, Rafael. *Tramas que brilham: sistema de circulação e a produção do território brasileiro no século XVIII*. Tese (doutorado) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências, Departamento de Geografia. Rio de Janeiro, 2007.